

Termo de Referência 172/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
172/2024	110120-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR	MAICKEL JOSUE TRINKS	01/10/2024 10:25 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		00091.000352/2024-79

1. Condições gerais da contratação

1.1. Contratação de serviço de licenciamento de software das estações de trabalho, produtividade e servidores de rede que utilizam o sistema operacional Windows, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Id.	Descrição	Identificador (Microsoft / SGD)	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo Aceitável (12 meses)	Valor Total Máximo Aceitável (36 meses)
1	Microsoft 365 subsc por usuário (E3)	AAA-10756 / MS.4.0-A0856	Unid.	1400	R\$ 194,7700	R\$ 3.272.121,22	R\$ 9.816.363,66
2	Dynamics online por usuário	NCR-0001 / MS. 4.0-A1483	Unid.	15	R\$ 341,6300	R\$ 61.493,04	R\$ 184.479,12
3	Power BI Pro online por usuário	NK4-00002 / MS.4.0-A1510	Unid.	25	R\$ 44,6200	R\$ 13.385,23	R\$ 40.155,69
4	Windows RDP CAL ALng LSA UCAL	6VC-01252 / MS.4.0-A0306	Unid.	100	R\$ 361,3800	R\$ 36.138,48	R\$ 108.415,44
5	CIS Suite Standard Core ALng LSA 2L	9GA-00006 / MS.4.0-A0633	Unid.	144	R\$ 684,0800	R\$ 98.507,40	R\$ 295.522,21
6	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 2L	9GS-00495 / MS. 4.0-A0750	Unid.	60	R\$ 2.658,1100	R\$ 159.486,77	R\$ 478.460,30
7	SQL Server Standard Core ALng LSA 2L	7NQ-00302 / MS.4.0-A0489	Unid.	8	R\$10.503,2100	R\$ 84.025,68	R\$ 252.077,04
8	Visual Studio Pro com GitHub ALng LSA	QEK-00001 / MS.4.0-A1625	Unid.	9	R\$ 2.691,8600	R\$ 24.226,78	R\$ 72.680,33
9	Consultoria Técnica Especializada	N/A	Horas	100 (anuais)	R\$ 217,8025	R\$ 21.780,25	R\$ 65.340,75
	Total					R\$ 3.771.164,85	R\$ 11.313.494,54

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 36 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua interrupção compromete a continuidade das atividades administrativas e finalísticas do órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o previsto no Estudo Técnico Preliminar e a forma de licenciamento utilizada pela empresa Microsoft.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. Registra-se que o objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN SGD/ME nº 94/2022.

1.6. Registra-se que esta contratação de TIC atende ao disposto no art. 8º, §2 da IN SGD/ME nº 94/2022, sendo observado pela Administração às normas específicas dispostas no Anexo I da instrução normativa, e os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP.

1.7. O Termo de Referência está alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável.

1.8. O objeto não se enquadra nas vedações do Artigo 5º da IN SGD/ME nº 94.

## 2. Descrição da solução

2.1. A solução consiste na renovação, alteração ou ampliação da plataforma Microsoft no ambiente da ABIN por meio do licenciamento de software, qual seja:

2.1.1: Contratação de subscrição, por usuário, do Microsoft 365 E3 no quantitativo de usuários existentes na ABIN no momento da assinatura do contrato, estimado em 1270 licenças;

2.1.2: Renovação dos produtos SQL Server, licenças de servidores (CIS Standard e Datacenter), Visual Studio, o Power BI e Remote Desktop Services correspondem ao mesmo SKU (Stock Keeping Unit ou Unidade de Manutenção de Estoque) ou SKU que atualmente substitui o produto anterior (conforme Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, presente na Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022).

2.1.3. Bens e Serviços que compõem a solução

Id.	Descrição	Código CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	Microsoft 365 subsc por usuário (E3)	26077	1400	Unid.
2	Dynamics online por usuário	26077	15	Unid.
3	Power BI Pro online por usuário	26077	25	Unid.
4	Windows RDP CAL ALng LSA UCAL	27502	100	Unid.
5	CIS Suite Standard Core ALng LSA 2L	27502	144	Unid.
6	CIS Suite Datacenter Core ALng LSA 2L	27502	60	Unid.
7	SQL Server Standard Core ALng LSA 2L	27502	8	Unid.
8	Visual Studio Pro com GitHub ALng LSA	27502	9	Unid.

9	Consultoria Técnica Especializada	27332	100	Horas/Ano
---	-----------------------------------	-------	-----	-----------

2.2. A solução é baseada em licenciamento de recursos integrados de produtividade de TIC, sendo considerado, portanto, uma solução única de TIC.

3.3. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A presente contratação justifica-se conforme informações abaixo:

3.1.1. A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), na posição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), é responsável pelo planejamento, execução, coordenação, supervisão e controle das atividades de Inteligência no País. Para tanto, utiliza métodos, processos, ferramentas e técnicas para a produção de conhecimento e salvaguarda de informações sensíveis, que subsidiam o processo decisório e a ação governamental.

3.1.2. O emprego de ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é fundamental para o cumprimento das atribuições da ABIN, especialmente no que tange ao alcance de eficiência e efetividade nas suas ações. Na ABIN, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações – CEPESC, é o responsável pela prospecção, aquisição e o gerenciamento dos recursos de TIC. Dentre os serviços de TIC de maior abrangência oferecidos pelo CEPESC, destaca-se o provimento de recursos para execução das atividades em meio tecnológico exercidas pela ABIN, tanto administrativas quanto finalísticas.

3.1.3 Com o vencimento do contrato vigente (502/2021), que dispõe sobre a contratação de *Software Assurance* (SA) para produtos Microsoft, haverá interrupção dos benefícios do SA e o direito ao suporte técnico e à garantia de atualização das versões. A não atualização das versões dos produtos Microsoft implicará na utilização de ferramentas defasadas assim que surgirem novas versões dos produtos, com perda de desempenho e impossibilidade de acesso à novas funcionalidades, que facilitam a integração entre os diversos produtos e agregam novos recursos. Além disso, o vencimento de subscrições impede a contínua utilização de serviços em nuvem, como o Microsoft Teams, Power Apps e Sharepoint, atualmente parte das rotinas de trabalho para assessoramento correto e oportuno, função primordial do órgão.

3.1.4 O cenário atual, repleto de significativas mudanças contextuais e tecnológicas, enseja também a aquisição de novos produtos, com ferramentas que permitam maior cooperação entre os servidores, além de ferramentas que permitam melhor monitoramento, auditoria e atuação instantânea contra ameaças cibernéticas. Assim, além da renovação do SA e recontração de subscrições em serviços *online*, a Agência precisa agregar produtos que visam ampliar o ambiente colaborativo dos servidores, aumentar a produtividade do trabalho e garantir a disponibilidade e segurança dos usuários e das informações.

3.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2024**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **00394411000109-0-000002/2024**

II) Data de publicação no PNCP: **19/05/2023**

III) Id do item no PCA: **64**

IV) Classe/Grupo: **182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA**

V) Identificador da Futura Contratação: **110120-90051/2023**

3.3.1 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2023-2024 da ABIN, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO	
ID	Objetivos Estratégicos
EETIC08	Infraestrutura e arquitetura dinâmicas de TIC em nuvem - Seguras, unificadas, orquestradas, distribuídas, escaláveis, observáveis, resilientes, versáteis e de alta performance (PETIC 2023-2027)

ALINHAMENTO AO PDTIC			
ID	AÇÃO DO PDTIC	ID	META ASSOCIADA
ATIC34	Prover ferramentas tecnológicas e licenças de software de uso corporativo	34	Fornecer licenciamento

3.3.2. A contratação consta no POA ABIN 2024 como "Manutenção de infraestrutura de TIC-Outros", cujo detalhamento é "Licenças de softwares Microsoft" e foi incluída no PCA 2024 com o Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 146/2024 "Licenças Microsoft".

3.3.3 Segundo a IN SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, as contratações de soluções de TIC pelos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do qual a Abin é membro integrante, devem ser precedidas de planejamento elaborado em harmonia com o PDTIC.

#### 3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. A contratação não será parcelada. Isso decorre das características dos itens licitados, a fim de seguir o formato de licenciamento por volume, modelo adotado pela Microsoft para grandes corporações e que oferece descontos de acordo com o quantitativo de produtos adquiridos da fabricante nas modalidades *Enterprise Agreement* (EA) e *Enterprise Agreement Subscription* (EAS).

3.4.2 Os preços de referência adotados para esta licitação (identificadores 1 a 8 da planilha objeto da contratação, item 1.1) foram obtidos a partir do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas publicado pela Secretaria de Governo Digital (SGD) do Ministério da Economia. No Acordo Corporativo firmado entre a SGD e a empresa Microsoft do Brasil, há a previsão de que o acordo se aplica aos modelos de licenciamento Microsoft EA (*Enterprise Agreement*), EAS (*Enterprise Agreement Subscription*) e SCE (*Server and Cloud Enrollment*), todos para o Governo, conforme documento disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/catalogo-de-produtos-e-servicos-microsoft.pdf>

3.4.3 O preço de Referência para o identificador 9, "Consultoria Técnica Especializada", constante da planilha objeto da contratação, item 1.1, por não fazer parte do Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, foi obtido através do Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal

### **3.5. Da permissão de formação de consórcio e/ou de subcontratação da solução**

3.5.1. Considerando que:

3.5.1.1 Conforme Art. 15 da Lei 14.133/2021, a participação de consórcios não é uma obrigatoriedade, ou seja, cabe à Administração verificar a vantajosidade de participação de empresas em consórcio, conforme a complexidade do objeto;

3.5.1.2 O objeto desta contratação é comum, com baixa complexidade;

3.5.1.3 O objeto desta contratação não demanda aglutinação de competências conexas, o que justificaria a união de empresas;

3.5.1.4 A aceitação, pela fabricante, de parceria com fornecedores Microsoft implica em capacidade de comercialização e suporte de seus produtos;

3.5.2 Não será admitido às empresas concorrerem por meio de consórcio, subcontratação do objeto ou a participação de cooperativas.

### **3.6. Resultados e benefícios a serem alcançados**

3.6.1. Manter as diretrizes de TIC alinhadas aos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano Estratégico 2023-2026 da ABIN;

3.6.2. Aumentar a eficiência operacional e produtividade, por meio da automação de processos e disponibilização de ferramentas de colaboração e comunicação integradas.

3.6.3 Melhorar a qualidade dos serviços prestados, garantindo a continuidade e estabilidade dos processos de trabalho automatizados.

3.6.4 Fortalecimento da segurança da informação, com recursos avançados de autenticação, autorização e proteção de dados.

3.6.5 Facilitação da tomada de decisões embasadas em informações consistentes e análises de dados precisas.

3.6.6 Agilidade no desenvolvimento de aplicativos personalizados, permitindo a adaptação rápida dos processos às necessidades em constante evolução do mercado.

3.6.7 Distribuição padronizada de sistema operacional, de atualizações de segurança e de softwares de produtividade.

3.6.8 Controle e auditoria centralizada de acessos e ações realizadas.

3.6.9 Simplificação da gestão de serviços de TI, com uma plataforma integrada que facilita a identificação e solução de problemas na arquitetura tecnológica.

3.6.10 Elevação da segurança em dispositivos móveis.

3.6.11 Garantia de uso da versão mais atualizada dos softwares disponíveis.

### **3.7. Da exigência de amostras ou prova de conceito**

3.7.1. A finalidade da prova de conceito é permitir que a ABIN, no julgamento da proposta, possa certificar que a solução apresentada pela licitante atende a todas as condições e especificações

técnicas indicadas no edital. Considerando que o objeto da contratação é o fornecimento de licenças pré-definidas e que não há diferença da licença entre fornecedores, não serão exigidas amostras ou provas de conceito

## **4. Requisitos da contratação**

### **4.1 Requisitos de Negócio:**

4.1.1 Os licenciamentos e serviços desta aquisição são essenciais para a realização da missão institucional da Agência Brasileira de Inteligência, vez que possibilitam garantir a disponibilidade, confiabilidade e continuidade da produção digital realizada por meio de seus sistemas administrativos e corporativos.

4.1.2 A aquisição de licenças por usuário e não por dispositivo, visto que as características singulares de trabalho da ABIN, as quais demandam diferentes dispositivos para cada servidor conforme o tipo de atividade e de ambiente em que o usuário está inserido, pode exigir até 4 equipamentos para um mesmo servidor. A aquisição por usuário evita aquisições adicionais desnecessárias independente da elevação do quantitativo de equipamentos pelo usuário

4.1.3 Os sistemas devem ser acessados de diferentes ambientes, sendo que serviços restritos devem ser executados de forma a permitir isolamento de redes externas ou da internet. Já os sistemas que possuem como característica o compartilhamento de informações para ambiente externos, como soluções de e-mail, devem possuir características que garantam a privacidade e compartimentação de informações apenas para usuários autenticados e autorizados.

4.1.4 Deve-se manter a utilização das ferramentas de gerenciamento do parque computacional, que permitem dentre outras coisas:

- a. A distribuição de imagens padronizadas de sistema operacional para os desktops dos usuários.
- b. A distribuição centralizada de atualizações de segurança dos sistemas operacionais desktops e servidores.
- c. O acesso remoto às estações de trabalho por todo o território nacional para atender chamados de suporte técnico.
- d. A instalação apenas de aplicativos verificados para distribuição de forma centralizada, sob o controle das equipes de TIC.

4.1.5 De forma a padronizar e facilitar a aquisição de soluções compatíveis com os demais órgãos da administração pública federal, e considerando que a ABIN é membro do SISP, deve-se utilizar as soluções constantes no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, conforme Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

4.1.6 Deve ser possível prever a elevação do quantitativo de licenças em caso de aumento do corpo funcional.

4.1.7 Deve ser possível prover a manutenção, não apenas corretiva, mas também evolutiva da solução de serviço de diretório, e-mail, bancos de dados, ferramentas de produtividade de escritório e soluções colaborativas para que esteja sempre atualizada e com as correções mais recentes aplicadas, corrigindo falhas e evitando a exposição de informações.

### **4.2 Requisitos de Capacitação**

4.2.1. Não haverá capacitação com aulas teóricas, avaliação, nem lista de frequência para a solução.

4.2.2. A CONTRATADA deverá auxiliar na implantação das ferramentas através das melhores práticas de uso e segurança dos produtos fornecidos.

4.2.3. A CONTRATADA deverá instruir a equipe da CONTRATANTE na utilização de todos sistemas e softwares presentes na solução, de forma a prover o conhecimento dos recursos técnicos e operacionais necessários à utilização dos recursos.

4.2.4. A CONTRATADA deve fornecer manuais, datasheets e outros documentos técnicos necessários, ou indicar documentação oficial online, que permita a instalação, manutenção e utilização de todos os softwares e sistemas da solução.

### **4.3 Requisitos Legais**

4.3.1. O presente processo de contratação está aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 dezembro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis.

### **4.4. Requisitos de Manutenção**

4.4.1 Os serviços de suporte e de atualização de versões são comercializados de forma agrupada pela empresa sob a nomenclatura *Software Assurance* (SA), por um período inicial de dois a três anos, cujo valor desses serviços está presente nos valores das licenças no momento de sua contratação. O *Software Assurance* pode ser contratado separadamente em momentos posteriores, à medida que expire, de modo que os serviços agregados continuem sendo prestados ao longo do tempo ou mesmo deixar de ser contratado. Com a ABIN não possui, atualmente, contrato válido de SA, há a necessidade de contratação do suporte técnico para os produtos, afim de garantir o acesso a novas versões publicadas durante a vigência do contrato.

4.4.2 As novas licenças a serem adquiridas também devem ser fornecidas com SA de 3 anos, a fim de garantir os mesmos benefícios.

4.4.3 Os serviços de suporte técnico e manutenção devem contemplar a manutenção evolutiva e corretiva, compreendendo os aperfeiçoamentos e ajustes nas especificações originais do software, correção de eventuais erros de lógica ('bug') que possam surgir, assim como a atualização de versões que ocorrerem no período, durante a vigência do contrato, sem ônus adicional para a ABIN.

### **4.5. Requisitos Temporais**

4.5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de assinatura.

4.5.2. O prazo para ativação do *Software Assurance*, das licenças adquiridas e das subscrições contratadas será de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

4.5.3 Os serviços devem ser prestados no prazo previsto no *Software Assurance*

4.5.4 Para garantir a prestação de serviço de suporte a atualizações, o *Software Assurance* deverá permanecer ativo durante 36 (trinta e seis) meses contados do Recebimento Definitivo do Objeto.

#### **4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação e nas normas de segurança corporativa do Contratante, em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

4.6.2. A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinados o Termo de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

4.6.3. A CONTRATADA deverá assinar e entregar, na Reunião Inicial, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência por todos os seus colaboradores que estejam relacionados com a execução do objeto.

4.6.4. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações a serem tratadas na nuvem.

4.6.5. A CONTRATADA deverá implementar medidas para garantir a proteção dos dados, antecipando ameaças à privacidade, à segurança e à integridade, prevenindo acesso não autorizado às informações.

4.6.6. É vedado o tratamento em ambiente de nuvem de informações não autorizadas pela CONTRATANTE.

4.6.7. É vedado acesso aos dados hospedados na infraestrutura de nuvem à CONTRATADA ou ao provedor, sem prévia e formal autorização por parte da CONTRATANTE;

4.6.8. A Solução deverá prover mecanismo de acesso protegido aos dados, por meio de chave de criptografia, garantindo que apenas aplicações e usuários autorizados tenham acesso.

4.6.9. A solução deverá possibilitar comunicação criptografada e protegida para transferência de dados.

4.6.10. A CONTRATADA comprometer-se-á a preservar os dados da CONTRATANTE contra acessos indevidos, devendo informar imediatamente e formalmente à CONTRATANTE qualquer tentativa, inclusive por meios judiciais, de acesso por parte de outra nação a estes dados.

4.6.11. A CONTRATADA deverá possuir um datacenter necessariamente em território nacional e deve assegurar que os dados, metadados, informações e conhecimento, produzidos ou custodiados pela CONTRATANTE, bem como suas cópias de segurança, residam em território brasileiro;

4.6.12. Devem residir exclusivamente em território brasileiro, os dados, metadados, informações e conhecimento, produzidos ou custodiados pela CONTRATANTE, referentes a Informação com restrição de acesso prevista em legislação vigente e Documento Preparatório.

4.6.13. Deverá ser observado, no que couber, a seção 7 do Anexo I da Instrução Normativa SGD /ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

4.6.14. Deverá ser observado, no que couber, o Guia de Requisitos e Obrigações quanto a Privacidade e à Segurança da Informação, disponível no link: [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia\\_requisitos\\_obrigacoes.pdf](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf)



#### **4.7 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.7.1. As ferramentas devem ser disponibilizadas em idioma Português do Brasil (pt\_BR).

4.7.2 O idioma a ser utilizado no processo de gerenciamento de chamados deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês, desde que a CONTRATANTE seja informada previamente de que o atendimento será realizado em inglês.

4.7.3 Por se tratar de aquisição de softwares, não foram identificados requisitos adicionais de sustentabilidade.

#### **4.8 Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.8.1. Os Part numbers definem os requisitos de arquitetura de cada software ou sistema objetos dessa contratação. Dessa forma, não há requisitos de arquitetura que já não estejam presentes no licenciamento solicitado.

#### **4.9 Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.9.1. Não se aplica, pois o projeto de licenciamento já está definido pela CONTRATANTE conforme objeto dessa contratação. A implementação será realizada pela CONTRATANTE, seguindo os Requisitos de Capacitação elencados.

#### **4.10 Requisitos de Implantação**

4.10.1. A CONTRATADA será responsável pela ativação do Software Assurance e registro da quantidade de licenças e dos produtos abrangidos pelo contrato junto à Microsoft.

#### **4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção**

4.11.1. O Software Assurance deve garantir a atualização das versões dos softwares listados durante a vigência do contrato.

4.11.2. Durante a vigência do contrato, o fabricante deve disponibilizar canal de suporte técnico através de serviço telefônico de forma ininterrupta, por, no mínimo, 8x5 (oito horas por dia, cinco dias por semana), através de um número para ligação local.

4.11.3. Poderá ser disponibilizado recurso equivalente a um Centro de Atendimento por Voz, utilizando o idioma Português do Brasil, devendo esse Centro operar de forma ininterrupta, no mínimo, das 9h (nove horas) às 18h (dezoito horas) em dias úteis (horário de Brasília).

4.11.4. O fabricante deve disponibilizar também um canal de suporte técnico através de página web, em site próprio, de forma ininterrupta 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).

4.11.5. Além desses canais de suporte técnico, o fabricante poderá disponibilizar outros canais de suporte técnico, tais como correio eletrônico e chats.

4.11.6. A abertura de chamados técnicos deverá ser devidamente registrada, com indicação da data, o horário, a descrição do problema e o respectivo grau de severidade.

4.11.7. Não se aplicam prazos de solução de problemas aos casos em que a solução definitiva exija desenvolvimento específico de software, patches ou correções de sistemas que dependam diretamente dos laboratórios do fabricante. Somente nesses casos serão aceitas soluções paliativas ou temporárias, visando restabelecer o funcionamento dos sistemas e contornar os

demais problemas ocorridos. Entretanto, os prazos especificados ficam mantidos mesmo para as soluções paliativas ou temporárias, visando o restabelecimento dos sistemas e operacionalidade da solução.

4.11.8. O suporte técnico deve incluir o acesso, livre de qualquer ônus, ao website e à base de conhecimento oficial do fabricante, bem como o repositório oficial de programas contendo softwares originais, correções, atualizações recentes, drivers, programas de controle e informações necessários ao perfeito funcionamento do objeto deste contrato.

#### **4.12 Requisitos de Experiência Profissional**

4.12.1. *Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação além da necessidade da contratada ser fornecedora oficial dos produtos objeto desse licenciamento, garantindo que possuem a experiência necessária para execução do objeto.*

#### **4.13. Requisitos de Formação da Equipe**

4.13.1. *Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação, pois não haverá implantação de nenhum produto por parte da CONTRATADA além da ativação das licenças.*

#### **4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.14.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.14.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.14.3. A CONTRATANTE será responsável pelo gerenciamento das licenças dos softwares abrangidos pelo contrato e abertura de chamados, quando for o caso.

4.14.4. A CONTRATANTE será a responsável pela gestão do contrato e pela verificação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos serviços prestados.

4.14.5. A CONTRATADA será responsável pela intermediação para que o fabricante forneça o Software Assurance e os recursos humanos e materiais necessários para a prestação do suporte técnico quando necessário.

#### **4.15. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.15.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos no item "Requisitos de Segurança e Privacidade".

#### **4.16. Vistoria**

4.16.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **4.17. Sustentabilidade**

4.17.1 Aplica-se, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

#### **4.18. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):**

4.18.1. Não há indicação de marca por se tratar de serviço. Entretanto, a indicação da desenvolvedora da solução (Microsoft) está detalhada na análise de soluções presente no Estudo Técnico Preliminar e de acordo com artigo 41 da Lei 14.133/21, em decorrência da existência de soluções já em uso e que necessitam renovação de SA; necessidade de padronização do objeto; necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

4.18.2. Embora o objeto da contratação seja do mesmo desenvolvedor, existem múltiplos fornecedores capazes de fornecer a solução, além dessa solução ser prevista no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, conforme Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

#### **4.19. Subcontratação**

4.19.1 Não será permitida subcontratação, conforme descrito no item "Da permissão de formação de consórcio e/ou de subcontratação da solução" constante nessa Especificação Técnica.

#### **4.20. Garantia da Contratação**

4.20.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.20.2. A exigência de prestação de garantia objetiva assegurar que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento. O elevado valor da contratação é um dos motivos que levam à exigência da Garantia Contratual neste processo. É prudente que o valor da garantia esteja à disposição caso a empresa não cumpra as obrigações estabelecidos no contrato. Ou seja, a garantia contratual pode ser utilizada para quitar possíveis prejuízos causados pela CONTRATADA à ABIN durante a vigência do contrato;

4.20.3. A CONTRATADA apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

4.20.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

4.20.4.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.20.4.2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.20.4.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.20.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

4.20.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

4.20.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.20.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

4.20.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.20.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.20.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

4.20.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.20.12. Será considerada extinta a garantia:

4.20.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

4.20.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES /MP n. 05/2017.

4.20.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

4.20.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

## **4.21 Informações relevantes para a apresentação da proposta**

4.21.1. Será exigida a discriminação individual de cada item, contendo quantitativo, valor unitário e valor total.

## **4.22. Outros Requisitos Aplicáveis**

4.22.1. Não há.

## 5. Papéis e responsabilidades

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.1.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade das licenças recebidas provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posteriormente, Recebimento Definitivo.

5.1.10. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato, observadas as Normas de Segurança Corporativa vigentes.

5.1.11. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação.

5.1.12. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto desta contratação.

## 5.2. São obrigações do CONTRATADO

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5.. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

5.2.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

5.2.11. Não fazer uso das informações prestadas pela CONTRATANTE para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão.

5.2.12. Observar, no que couber, as “Ações de Responsabilidade da Contratada”, constantes no “Guia de Requisitos e Obrigações quanto a Privacidade e à Segurança da Informação”, disponível no link:

[https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia\\_requisitos\\_obrigacoes.pdf](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/ppsi/guia_requisitos_obrigacoes.pdf).

5.2.13. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita

execução do objeto.

5.2.14. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.2.15. A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, no grau em que tenham sido previamente qualificados pela parte que os forneceu, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo assinar um Termo de Manutenção de Sigilo e providenciar que os seus funcionários assinem o Termo de Ciência.

5.2.16. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizados os números de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos.

5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;

5.3. *São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:*

5.3.1. Não se aplica pois não haverá registro de preços.

## **6. Modelo de execução do contrato**

### **6.1. Condições de execução**

6.1.1. O Prazo de entrega da solução/início da prestação dos serviços (ativação das licenças e subscrições e ativação do *Software Assurance*) será de até 30 dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, nos termos descritos no "5. Requisitos Temporais" do item "4. ESPECIFICAÇÃO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO".

### **6.2. Local e Horário da prestação dos serviços**

6.1.2. O suporte técnico deve ser prestado no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1 - Asa Sul, CEP: 70.610-905, no período das 08 às 12 horas e das 14 às 17 horas, em dias úteis, sempre que for necessária a presença de um técnico para atendimento no local.

### **6.3. Materiais a serem disponibilizados**

6.3.1 Os materiais previstos no subitem 3 - "Requisitos de Capacitação" do item "4. ESPECIFICAÇÃO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO" devem ser indicados ou disponibilizados juntamente com o início da prestação dos serviços.

### **6.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

6.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços será realizado nos termos descritos no "5. Requisitos Temporais" do item "4. ESPECIFICAÇÃO REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO".

### **6.5. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.5.1. As licenças relativas ao item 1 (Microsoft 365 subsc por usuário (E3)) da tabela constante do OBJETO DA CONTRATAÇÃO podem ser solicitadas a qualquer momento via ordem de serviço, de acordo com a conveniência da Contratante, devendo a Contratada, durante a vigência do contrato, prestar todo o suporte necessário para sua ativação. A solicitação inicial será realizada de acordo com o número de usuários do órgão que demandem acesso à produção e gestão documental eletrônica. Atualmente, o órgão possui aproximadamente 1270 usuários a serem licenciados.

6.5.2. As ordens de serviço das licenças relativas ao item 9 (Consultoria Técnica Especializada) da tabela constante do OBJETO DA CONTRATAÇÃO serão emitidas sob demanda, se necessário, até o limite estabelecido na tabela em questão.

6.5.3. As ordens de serviço das licenças relativas aos itens 2 e 8 da tabela constante do OBJETO DA CONTRATAÇÃO serão emitidas após a assinatura do contrato.

## **6.6. Mecanismos formais de comunicação**

6.6.1. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela CONTRATADA;

6.6.2. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a CONTRATADA e a ABIN todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, portal na Internet (site), ofício, carta, telefone, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas;

6.6.3. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e /ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.

## **6.7. Formas de Pagamento**

6.7.1. O pagamento do item 1 será realizado de forma mensal.

6.7.2. O pagamento dos itens 2 a 8 será realizado de forma anual.

6.7.3. O pagamento dos item 9, caso necessário, será realizado após execução do serviço de consultoria, de acordo com a quantidade de horas necessárias.

6.7.4. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

## **6.8. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.8.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.8.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS I e II.

## **6.9. Procedimentos de Teste e Inspeção**



6.9.1. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

- 6.9.1.1. Atendimento das especificações descritas no Edital, através da conferência dos itens;
- 6.9.1.2. Ativação das licenças de software;
- 6.9.1.3. Atualização dos contratos EA e EAS da ABIN perante a Microsoft.

6.9.2. A CONTRATANTE poderá, em qualquer fase do processo licitatório e da vigência do contrato, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar as instruções do processo, obrigando as licitantes e as contratadas a prestar todos os esclarecimentos necessários.

## **7. Modelo de gestão do contrato**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Preposto**

7.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

### **Reunião Inicial**

7.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9. *A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.*

7.9.1. *A pauta desta reunião observará, pelo menos:*

7.9.1.1. *Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;*

7.9.1.2. *Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;*

*7.9.1.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;*

*7.9.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;*

*7.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.*

## **Fiscalização**

7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

## **Fiscalização Técnica**

7.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.11.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## **Fiscalização Administrativa**

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.12.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

7.14. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.15 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

7.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### ***Critérios de medição e pagamento***

7.21. A avaliação da execução do objeto utilizará a validade de ativação e manutenção do licenciamento nas quantidades solicitadas pelas ordens de serviço.

*7.22. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:*

*7.22.1. não produzir os resultados acordados;*

*7.22.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.*

### **Do recebimento**

7.23. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.24 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.25. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.26. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.27. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.27.1. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades identificadas na entrega dos bens ou substituir as parcelas do objeto em desacordo com o edital no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da rejeição, arcando com todos os custos para recolhimento e entrega de novos bens, sem prejuízo das sanções contratuais.

7.28.. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.29. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.29.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.29.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.29.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.29.4. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.30. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o Recebimento Definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.31. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.32. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.33. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

7.34. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	OCORRÊNCIA	SANÇÃO
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 5% sobre o valor do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 20% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 20% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da

	comunicação formal ao gestor do contrato.	Rescisão Contratual.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.	Multa de 0,2% sobre o valor do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.  Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á multa de 10% do valor do Contrato.
9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
11	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
12	Atraso na execução de outros serviços não listados nesta tabela	-Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia útil sobre o valor da Nota Fiscal de serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;  -Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior a 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
13	Atraso injustificado na entrega do objeto	Advertência para atraso for de até 05 (cinco) dias.  Atraso acima de 05 (cinco) dias configura multa moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias.

13	Atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação)	-Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
20	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 10% do valor da Nota Fiscal de serviços.

7.35. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

*7.35.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou*

*7.35.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;*

### **Liquidação**

7.36. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.37. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.38. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.38.1. o prazo de validade;

7.38.2. a data da emissão;

7.38.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.38.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.38.5. o valor a pagar; e

7.38.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.39. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.40. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.41. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.42. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.43. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.44. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.45. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.46. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.47. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *ICTI* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.48. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.49. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.50. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.51. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.58. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,



por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de Crédito**

7.59. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.59.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.60. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.61. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.62. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.63. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Do reajuste**

8.1 Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI.

8.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.2.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. Critérios de seleção do fornecedor

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário

9.2.1. Os valores máximos unitários por item, conforme Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas do Governo Federal para membros do SISP, estão detalhados no item 1.1 desse Termo de Referência;

### ***Da Aplicação da Margem de Preferência***

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

### ***Exigências de habilitação***

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### ***Habilitação jurídica***

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### ***Habilitação fiscal, social e trabalhista***

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.31.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

9.32. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Produto	Quantidade Mínima
Office 365 Enterprise / Microsoft 365 Enterprise	500
SQL Server Standard Core / Enterprise Core	50
CIS Suite Standard Core	100
CIS Suite Datacenter Core	50

9.34. Será admitida, para fins de comprovação de cada item, a apresentação de diferentes atestados, desde que o atestado atenda o item a ser comprovado em sua totalidade.

9.35. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.36. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 11.313.494,54

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.771.164,85 (três milhões, setecentos e setenta e um mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) anuais e R\$ 11.313.494,54 (onze milhões, trezentos e treze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) em 36 meses, conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1 desse Termo de Referência

## 11. Adequação orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: UG 110120 / Gestão 00001
- II) Fonte de Recursos: 1005
- III) Programa de Trabalho: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.40
- V) Plano Interno: N/A

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## Cronograma Físico-Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Item 1 (mensal)	Eté 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa	R\$ 272.678,00 (mensal)
Itens 2 a 8	Após recebimento definitivo, conforme definido no item 8 dessa especificação	R\$ 499.043,63 (anual)

## 12. Demais condições gerais

### 12.1. Da transferência de conhecimentos

12.1.1. A transferência de conhecimentos será realizada através de hands-on para utilizar as funcionalidades da solução, em que a CONTRATADA deverá instruir a equipe da CONTRATANTE a operar todos os componentes da solução, de forma a prover o conhecimento dos recursos técnicos e operacionais necessários à utilização, ainda durante a implantação da solução;

12.1.2. O processo de transferência de conhecimento deve contemplar as soluções licenciadas pela CONTRATADA, de modo que os técnicos da CONTRATANTE sejam capazes de operar todos os componentes da solução.

### 12.2. Da alteração subjetiva

12.2.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 13. ANEXO I - Termo de Compromisso e Manuten

### ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

[MODELO]

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sediada em Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 2, Bloco A, Brasília – DF, CEP: 70610-905, CNPJ n.º 01.175.497/0001-41, doravante denominado contratante, e, de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada contratada;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_/DAL/SPG/ABIN doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a contratada poderá ter acesso a informações sigilosas da contratante;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO PRINCIPAL:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O termo "informação" abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

**Parágrafo Primeiro** – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Segundo** – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Sexto** – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou



omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e

Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### **CLÁUSULA NONA – DO FORO**

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília - DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

**De acordo,**

CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Nome  
Diretor de Administração e Logística – ABIN

CONTRATADA

Nome  
Cargo

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2

Nome  
Qualificação

Nome  
Qualificação

14. ANEXO II - Termo de Ciencia de Sigilo

ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA DE SIGILO

[MODELO]

Contrato N°: \_\_\_\_/20\_\_\_\_/DAL/SPG/ABIN

Objeto: Serviço de \_\_\_\_\_

Contratante (Órgão): Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

Contratada: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Preposto da Contratada: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Por este instrumento, os empregados signatários declaram ter ciência e conhecimento do **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo**, cuja inobservância acarretará eventualmente sanção nas esferas administrativa, civil e penal, nos termos da legislação correlata em vigor.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Ciência

Empregados da contratada

Nome do empregado

---

Nome do empregado

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JULIANO RODRIGUES FERREIRA**

Autoridade competente

**MAICKEL JOSUE TRINKS**

Agente de contratação

**JOSE AUGUSTO DE JESUS JUNIOR**

Agente de contratação